

**PLANO ALIANÇA PARA A PROSPERIDADE DO TRIÂNGULO NORTE
CENTROAMERICANO, UMA SOLUÇÃO DURÁVEL PARA A MIGRAÇÃO SUL-
NORTE?**

**PLAN OF THE ALLIANCE FOR PROSPERITY OF THE CENTRAL AMERICAN
NORTH TRIANGLE, A DURABLE SOLUTION FOR SOUTH-NORTH
MIGRATION?**

Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico¹

Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann²

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Universidade Estadual da Paraíba
João Pessoa – Paraíba – Brasil

Jayesh Rathod³

Washington College of Law
American University
Washington D.C., USA

**Visiting Fellow at Universidade Estadual da Paraíba*

Gabriel Fernandes Caetano⁴

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Universidade Estadual da Paraíba
João Pessoa – Paraíba – Brasil
**Bolsista Capes/Brasil*

Resumo: Este artigo analisa o acordo realizado entre os Governos de El Salvador, Guatemala e Honduras com os Estados Unidos da América, denominado Plano da Aliança para a Prosperidade do Triângulo Norte (PAPNT, 2014). Como uma medida de reação à grave situação humanitária decorrente da onda migratória de Crianças Estrangeiras Desacompanhadas (CEDs), oriundas do TNCA (Triângulo Norte Centroamericano), o plano quinquenal visa investir US\$ 22 bilhões em quatro grandes áreas: (a) estímulo ao setor produtivo; (b) desenvolvimento do capital humano; (c) melhoria da segurança pública; e (d) fortalecimento das instituições. A materialização destes objetivos é analisada a partir do suporte teórico dos Estudos para a Paz (EPP) e dos Estudos Críticos de Segurança (ECS). Para tanto, a análise recairá especificamente sobre: (i) questões de desenvolvimento; (ii) medidas de segurança; e (iii) contexto de violência.

Palavras-chave: Migração. Desenvolvimento. Segurança. Violência.

Abstract: This article analyses the agreement among the Governments of El Salvador, Guatemala and Honduras with the United States of America, called Plan of the Alliance for Prosperity in the Northern Triangle (PAPNT, 2014). As a reaction to the serious humanitarian situation resulting from the migratory wave of Unaccompanied Alien Children (UACs) coming from the Central American North Triangle (CANT), the five-year plan aims to invest US \$ 22 billion in four major areas: (a) stimulus to the productive sector; (b) development of human capital; (c) improvement of public

¹ apacifico@ccbsa.uepb.edu.br

² prlkuhlm@gmail.com

³ jrathod@wcl.american.edu

⁴ gabrielfcri@yahoo.com.br

safety; and (d) strengthening institutions. The materialisation of these objectives is analysed using the theoretical support of Peace Studies (PS) and of Critical Security Studies (CSS). Therefore, the analysis will specifically focus on: (i) development issues; (ii) security measures; and (iii) context of violence.

Key-words: Migration. Development. Security. Violence.

Recebido: 19/06/2017

Aprovado: 03/08/2017

Considerações iniciais

O número de crianças estrangeiras desacompanhadas (CED) que chegam à fronteira sul dos EUA (Estados Unidos da América) cresceu significativamente desde 2008 (REMPELL, 2015). Oriundas, em sua maioria, do TNCA (Triângulo Norte Centroamericano), El Salvador, Guatemala e Honduras, as CED são definidas pela lei estadunidense como “crianças que não possuem status de imigração legal nos EUA, menores de 18 anos e que estão sem pai ou responsável legal nos EUA ou sem um dos pais ou responsável legal nos EUA que esteja disponível para prestar cuidados e custódia física” (KANDEL, 2017). Em 2014, no ápice das detenções, o Presidente Barack Obama classificou as ocorrências de “situação humanitária urgente” (WHITE HOUSE, 2014), a onda de CED fez com que pela primeira vez migrantes centroamericanos ultrapassassem, em número, os mexicanos adultos e solteiros, que historicamente caracterizavam o perfil demográfico de migrantes irregulares para os EUA (HOMELAND SECURITY, 2016).

Uma das respostas para conter a atual crise migratória veio em conjunto: Os Governos de El Salvador, Guatemala e Honduras juntamente com os EUA formularam um plano, chamado Aliança para a Prosperidade do Triângulo Norte (PAPNT). A estratégia quinquenal (2014-2019), define quatro linhas de ação prioritárias com investimento estimado em US\$ 22 bilhões: (a) estimular o setor produtivo; (b) desenvolver o capital humano; (c) melhorar a segurança pública; e (d) fortalecer as instituições (PAPNT, 2014).

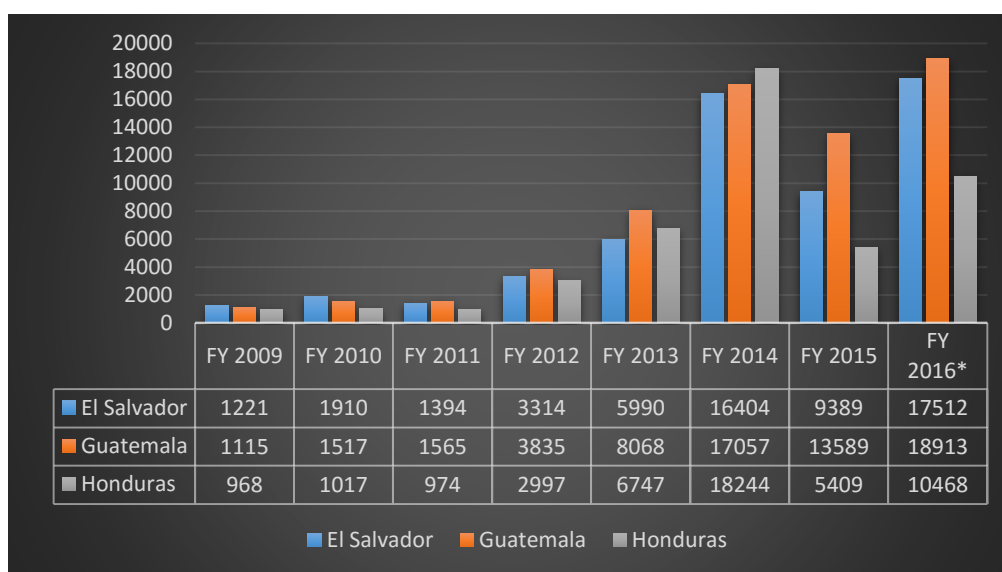
Posto isso, objetiva-se analisar criticamente o plano, a fim de responder até que ponto o PAPNT pode ser visto como uma solução eficiente para conter a migração irregular do TNCA para os EUA. Para tanto, o escopo de análise limita-se a três variáveis, quais sejam, desenvolvimento, segurança e violência, as quais servirão para questionar algumas linhas do PAPNT. Essas categorias serão trabalhadas a partir da literatura dos Estudos para a Paz (EPP) e dos Estudos Críticos de Segurança (ECS), como forma de analisar os objetivos do PAPNT com relação ao contexto regional.

O artigo está estruturado em três seções. Na primeira seção, buscar-se-á introduzir as atuais tensões relacionadas ao fenômeno da emigração do TNCA. Em seguida, apresentar-se-ão as quatro linhas de ação do PAPNT, bem como o fatiamento dos recursos por área. Por fim, a terceira seção faz uma crítica pontual a alguns aspectos do plano identificados como pouco transparentes, imprecisos e excludentes. Nessa última etapa, o aporte teórico dos EPP e dos ECS auxiliarão na identificação de incoerências alocadas no plano de desenvolvimento e nas medidas de segurança estatocêntricas contrastantes com a realidade das múltiplas violências da região.

1. Emigração do TNCA: As atuais tensões

As razões pelas quais cresceu a emigração do TNCA nos últimos anos, particularmente de CED (ver gráfico 1), são complexas e multifacetadas. Dentre os fatores ligados à emigração atual dessa região pode-se destacar as condições econômicas, as altas taxas de pobreza, a violência criminal e a presença das *maras*, gangues de rua de atuação transnacional (KANDEL et. al., 2014). Além disso, Amuedo-Dorantes e Puttitanun (2016), destacam que a criação da lei TVPRA (*Trafficking Victims Protection Reauthorization Act*), em 2008, somadas às condições econômicas e aos níveis de violência nos países de origem, apresenta fortes evidências para a onda de CED que chegam a fronteira do EUA. Vale ressaltar que a TVPRA legislou a favor da permanência de CED nos EUA enquanto aguardavam uma audiência de deportação, algo que durou, na maioria das vezes, anos.

Gráfico 1: Crianças Estrangeiras Desacompanhadas encontradas por ano fiscal*



* O ano fiscal de 2016 é com base nos dados de 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016.

Fonte: Adaptado de U. S Customs and Border Protection (2016).

Embora quase toda a migração tenha “motivações mistas” (VAN HEAR, 2012, p. 17), sustenta-se aqui que a violência, mesmo que relacionada a outros fatores, tem impactado significativamente na emigração do TNCA, especialmente na atual onda de CED. Clemens (2017) realizou uma análise estatística levando em conta o número de CED que chegaram aos EUA entre os anos de 2011 e 2016. O estudo descobriu que cada homicídio adicional durante o período – num total acumulado de seis - causou um total de 3,7 apreensões adicionais de CED nos EUA. O autor concluiu que em curto prazo, a violência tem poder explicativo aproximadamente igual às questões econômicas de longo prazo, tais como renda média e pobreza. Nesse sentido, o atual contexto de violência da região apresenta correlação positiva com o aumento de apreensões de CED nos EUA.

A América Latina é a região mais violenta do hemisfério Ocidental, com os países do TNCA sustentando as cinco maiores taxas de homicídios da região. De acordo com o balanço da fundação Insight Crime, com base nos dados de observatórios de violência de cada um dos três países, para o ano de 2016, El Salvador continua sendo a região mais violenta do ocidente com 81,2 homicídios por cada 100.000 habitantes, em terceiro e quinto lugar, subsequentemente, estão Honduras e Guatemala com taxas de 59 e 27,3 homicídios (INSIGHT CRIME, 2017). O resultado é que o crime, a violência e a segurança estão entre as principais preocupações cidadãs, segundo o mapeamento continental da opinião pública (ZECHMEISTER, 2014).

Consequentemente, a América Latina acaba por ser a região mais violenta do mundo para a infância. Segundo Marita Perceval, Diretora do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), duas de cada três crianças são vítimas de violência em suas casas ou lugares de convivência e uma de cada quatro é assassinada mesmo que sem conflitos formais na região (AGENCIA EFE, 2017). Nessas condições, a migração forçada tem sido a única alternativa para fugir dessa situação que, segundo Castles (2003), ocupa o topo da agenda política internacional no século XXI. No relatório *Children on the Run*, a UNHCR (*United Nations High Commissioner for Refugees*), estima que 72% das crianças salvadorenses, 38% das guatemaltecas e 57% das hondurenhas necessitem de proteção internacional (UNHCR, 2014, p. 6).

Esse relatório apresenta o resultado de 404 entrevistas realizadas com CED sob custódia das autoridades estadunidenses, as quais foram questionadas sobre quais os principais motivos que levaram à migração para os EUA. Das 104 crianças salvadorenses que foram entrevistadas, 66% citaram a violência de organizações criminosas e 21% os

abusos sofridos em casa. Dos 100 filhos de guatemaltecos, 29% citaram privações, 23% abusos sofridos em casa e 20% relataram a violência na sociedade como motivos para migração. Dos jovens da Guatemala, quase metade eram membros de uma população indígena e do total de entrevistados, 84% esperavam reencontrar suas famílias, estudar e trabalhar como motivo para chegar ao EUA. Das 88 crianças hondurenhas, 44% já tinha sido vítima ou sido ameaçada por organizações criminosas, 24% relataram sofrer abusos no lar, 11% relataram ter sido vítimas de violência na sociedade e abusos no lar e 80% compartilham, assim como no caso guatemalteco, a esperança da reunificação familiar, embora geralmente essa não tenha sido uma resposta isolada das demais (UNHCR, 2014, p. 9).

Um relatório apresentado pela *International Rescue Committee* (IRC), aponta que a onda de CED escancarou a falha no sistema de proteção dos países de origem, já que em grande medida essas crianças são afetadas direta ou indiretamente pela ação de gangues. A recusa de entrar para uma *mara* ou cooperar com uma dessas gangues tem sido um dos principais motivos para emigração de crianças da região. Essa situação de violência ou de ameaça de violência qualifica essas crianças para a proteção internacional (IRC, 2014).

Contudo, os esforços não estão sendo direcionados para esse tipo de proteção, ao menos por parte dos EUA. Às tensões atuais no TNCA, o governo de Barack Obama respondeu com um esforço para dissuadir o fluxo migratório irregular, por meio de campanhas de conscientização pública, operações contra o tráfico de seres humanos e aumento da fiscalização na fronteira Sul do México. Com isso, diminuiu o número de apreensões de CED na fronteira México-EUA em 45%, em 2015, com relação ao ano anterior (ver gráfico 1). Entretanto, um ano foi tempo suficiente para os migrantes descobrirem caminhos mais perigosos que driblassem a fiscalização, fazendo com que o fluxo voltasse a crescer, passando de 50.000 o número de crianças apreendidas somente no primeiro semestre de 2016 (MEYER et. al., 2014). Como consequência, os Governos de EUA e do TNCA responderam com um plano de contenção migratória chamado “Plano Aliança para a Prosperidade do Triângulo Norte Centroamericano”.

2. Plano Aliança para a Prosperidade do Triângulo Norte: um plano de contenção migratória

Os governos do TNCA, nos últimos anos, têm-se reunido regularmente com seus homólogos dos EUA e México para discutir problemas relacionados, principalmente, à segurança. À frente desses encontros está a Comissão de Segurança do Sistema de Integração

Centroamericano (SICA), principal responsável pela *Estrategia de Seguridad de Centroamérica* (ESCA), criada em 2007 com o propósito de gerar segurança e desenvolvimento sustentável para os países da região. A ESCA apresenta quatro linhas de ação: (i) combate a delitos; (ii) prevenção de violência; (iii) reabilitação, reinserção e segurança penitenciária; e (iv) fortalecimento institucional (SECRETARIA GENERAL DEL SISTEMA DE INTEGRACIÓN CENTROAMERICANA, 2011).

A elaboração, execução e avaliação de propostas em matéria de segurança conta, desde a sua criação, com a cooperação de doadores internacionais, conhecidos como Grupo de Amigos da América Central, composto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial, Banco Centroamericano para Integração Econômica, Organização dos Estados Americanos (OAS), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), União Europeia mais Brasil, Canada, Chile, Colômbia, Finlândia, Alemanha, Israel, Itália, Coreia do Sul, México, Holanda, Espanha e Estados Unidos (BID, 2011). Em 2011 o grupo anunciou a doação de US\$ 1.1 bilhões para medidas de segurança. Mesmo com toda essa estrutura e fontes de financiamento a Comissão de Segurança da SICA vem demonstrando pouca efetividade e transparência na realização dos seus objetivos, haja visto o aumento da criminalidade e da insegurança na região, bem como a onda migratória de CED (MEYER; SEELKE, 2015).

Questões econômicas, de segurança, mas principalmente a chegada de CED na fronteira dos EUA, fizeram surgir novas medidas para a região. Assim, os Governos do TNCA e o BID, elaboraram um documento chamado *Plan of the Alliance for Prosperity in the Northern Triangle: A Road Map*, com objetivo de resolver problemas econômicos, de segurança e contenção da emigração no TNCA. O plano quinquenal visa investir um montante de US\$ 22 bilhões direcionados para quatro grandes áreas: (a) estimular o setor produtivo; (b) desenvolver o capital humano; (c) melhorar a segurança pública; e (d) fortalecer as instituições. Inicialmente, os três governos propuseram arcar com 80% do total de gastos, além de buscar auxílio de doadores internacionais.

Para dinamizar o setor produtivo, o plano prevê a transformação da região em um ambiente adequado de negócios com capacidade de atração de investimentos privados em setores estratégicos, como indústria têxtil, agroindústria, indústria leve e turismo. Some-se a isto a criação de *special economic zones*: “We expect that the companies that establish themselves in those zones will generate high quality jobs, while the State will provide the infrastructure and public services needed to stimulate economic activity” (PAPNT, 2014, p. 11).

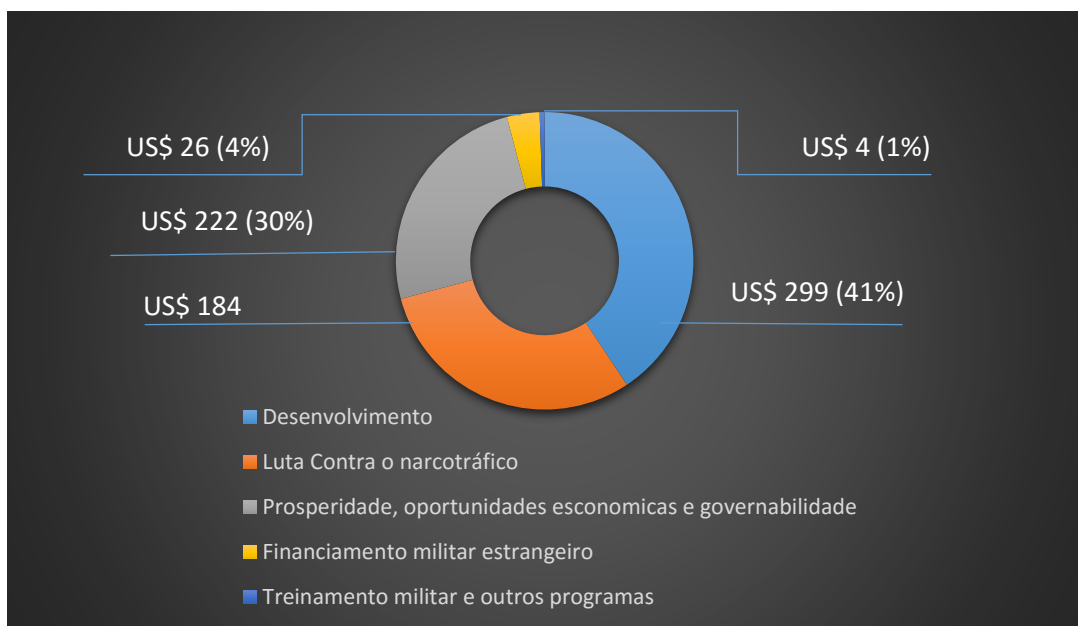
A proposta para desenvolvimento de capital humano está diretamente ligada à redução da pobreza e ao problema da exclusão de jovens e mulheres do mercado de trabalho. Para isso, o plano promete fornecer formação técnica e profissional, melhoria e expansão de programas que facilitem o acesso ao mercado de trabalho, ampliação do ensino secundário, plano de permanência de jovens na escola, melhorias na alimentação e acesso à saúde para mães e crianças, expansão de serviços pré-escolares e qualidade habitacional e de serviços básicos.

Outro objetivo é qualificar a segurança pública e de acesso à justiça com enfoque em três áreas: (i) prevenir a violência e assegurar a coexistência pacífica; (ii) fortalecer as instituições de combate ao crime e à violência; e (iii) modernizar o sistema de justiça. Adicionalmente, estas ações seriam complementadas pelos esforços contra o tráfico de drogas e o crime organizado. Segundo o documento, seria fundamental diminuir fatores de risco e estimular a proteção individual, familiar, escolar e comunitária para livrar crianças, jovens e mulheres da violenta atividade das gangues.

Para viabilização do PAPNT, o documento propôs ao final, medidas para aumentar a confiança da população no Estado por meio dos Sistemas Nacionais de Investimento Público, buscando maior qualidade no gasto público com a avaliação e o monitoramento de investimentos. Para o setor empresarial, o plano prevê a revisão das receitas fiscais e do sistema de impostos. Esses quatro eixos descritos acima, formam a base do PAPNT.

Em resposta a esse conjunto de formulações, o Congresso dos EUA aprovou um repasse próximo a US\$ 750 milhões para o ano fiscal de 2016 (Gráfico 2 abaixo), em apoio ao PAPNT, aumentando em 34% os investimentos com relação ao ano anterior. Esse incremento vem progredindo desde que o Congresso estadunidense optou por não liberar uma remessa adicional de US\$ 300 milhões para a América Central, em 2014, no auge da crise imigratória. Neste mesmo ano, entrava em marcha a criação do PAPNT com a justificativa de apoiar a prosperidade econômica, a governança, a segurança e o repatriamento na América Central (MEYER; SEELKE, 2015).

Gráfico 2: Distribuição dos recursos por área em milhões de US\$



Fonte: White House. Fact Sheet (2016).

Historicamente, os pacotes de auxílio dos EUA a países da América Central priorizam a assistência às forças militares e policiais, com forte ênfase no controle de fronteiras e na guerra contra as drogas. A título de exemplo, desde 1986 com a criação do *Immigration Reform and Control Act (IRCA)*, o aporte financeiro com relação a políticas de controle migratório em fronteiras vêm crescendo significativamente, saltando de US\$ 700 milhões em 1986, para US\$ 2.8 bilhões em 2002 até chegar à marca de 10.1 bilhões em 2010 (ROSENBLUM; BRICK, 2011).

As estratégias mais recentes de militarização que envolvem o TNCA surgiram em 2008, no final da administração de George W. Bush, com a criação da Iniciativa Mérida e da CARSI (*Central American Regional Security Initiative*). Ambas as estratégias admitem a necessidade de geração de segurança cidadã para região e por vezes apresentam campanhas de conscientização e programas para jovens em risco. Porém, na maioria das vezes o financiamento está focado na assistência técnica, treinamento militar e investigação forense, controle fronteiriço e fornecimento de equipamentos bélicos (MUGGAH; SZABÓ, 2014). Estima-se, que nos dois primeiros anos da Iniciativa Mérida (2008-2010), cerca de 78% do repasse financeiro estadunidense foi destinado a aspectos militares (WOLA, 2015).

Cabe, contudo, assumir que, oficialmente, o PAPNT representa uma alteração no tocante ao fatiamento de recursos, já que, de maneira inédita, mais de 70% dos repasses vão para projetos de desenvolvimento econômico encabeçados por instituições privadas,

sociedade civil e órgãos públicos que se comprometeram a abordar causas subjacentes à violência e à falta de oportunidades que impulsionam fortemente a migração para os EUA.

Isto, à primeira vista, parece ser garantia de um plano bem delineado e com ferramentas inovadoras para conter a crise emigratória do TNCA, reduzindo, como declarado pelos formuladores do PAPNT, os incentivos para que os cidadãos desses países cheguem aos EUA (PAPNT, 2014). Contudo, todo esse estratagema vem recebendo críticas de numerosas organizações defensoras dos direitos humanos e ligadas à proteção de imigrantes, que afirmam estar em curso um processo que pode resultar em graves violações e que, ao invés de mitigar o fluxo migratório, poderá apresentar efeitos contrários.

3. Prosperidade para quem? Prosperidade até quando?

Embora a proteção aos refugiados e outras categorias de migrantes apresente uma característica intrinsecamente política e internacional, Betts (2009, p. 24) afirma que trabalhos acadêmicos sobre estas categorias têm sido, em grande parte, “invisíveis” dentro das perspectivas teóricas dominantes das Relações Internacionais (RI). Parece, contudo, que as correntes teóricas fora do *mainstream* também não apresentam discussões robustas e profundas sobre o tema em questão. Por isso, nosso objetivo é trazer para o centro desta discussão o aporte teórico dos Estudos para a Paz (EPP) e dos Estudos Críticos de Segurança (ECS). Embora não haja profundidade suficiente para passar em revista estas duas perspectivas teóricas, buscaremos introduzi-las de maneira resumida.

No campo das RI, os EPP constituem-se pela heterogeneidade, em que uma pluralidade de perspectivas, como a teoria crítica, novas formulações normativas, desconstrucionismo, dentre outras, materializam uma ruptura com o cariz positivista da ciência normal das RI. Rompe-se, em particular, com o cânone realista de reificação do Estado, aspirando transformações profundas da realidade em vista da primazia da “paz física, estrutural e cultural” (PUREZA; CRAVO, 2005, p.5). Para isso, questiona-se os “processos sociais, históricos e cognitivos”, apresentando, frente às RI “uma praxeologia normativamente orientada pela emancipação” (PUREZA, 2010, p. 8).

Advindos dos EPP, os ECS, também compartilharam a preocupação de que segurança deve ser para “pessoas reais em lugares reais” (BOOTH, 2012, p. 288), ao invés de privilegiar fronteiras e outros produtos abstratos de posse do Estado. Portanto, o objeto de referência da segurança não deveria continuar sendo, quase em exclusivo o Estado, suas fronteiras e questões militares. A noção de segurança deve ir além dos Estudos Estratégicos

e abranger indivíduos na base e a sociedade mundial no topo, considerando o conceito de paz positiva dos EPP (BOOTH, 1991, p. 341).

Introduzidas as teorias, busca-se, por meio de três perspectivas, quais sejam, desenvolvimento, segurança e violência, contribuir com uma reflexão crítica sobre aspectos propostos pelo PAPNT. Antes, uma consideração geral precisa ser feita: O PAPNT apresenta aspectos fundamentais que merecem ser observados, entretanto, a discussão a seguir pretende apresentar uma crítica localizada a partir de aspectos que podem ser problemáticos e que carecem de uma discussão mais aprofundada. Inicia-se, portanto, com uma discussão sobre a categoria desenvolvimento.

Desenvolvimento. Qual modelo de desenvolvimento o Plano pretende implantar? Essa será nossa pergunta guia durante esta seção. Em princípio, há duas visões confrontantes sobre o PAPNT: de um lado os representantes dos Estados membros e dos setores empresariais, os quais se posicionam, sem restrições, a favor do plano; do outro, setores da sociedade civil e representantes da comunidade acadêmica, os quais sustentam críticas localizadas que, todavia, necessitam aprofundamento. O quadro, portanto, é de não consenso.

A primeira discordância é sobre as condições que geram a migração. Por um lado, o argumento é que a migração ocorre devido à falta de oportunidades e o baixo crescimento econômico. A outra visão é de que a migração não se deve à falta de crescimento econômico, mas sim à concentração de riqueza que gera altos níveis de desigualdade e violência. De fato, o segundo argumento é robusto, já que a América Central é considerada a região mais desigual do mundo, em que os países do TNCA concentram 80% dos pobres e 85% de pobres extremos da região (ICEFI, 2016).

Mesmo que os dados apontem na direção contrária, o modelo de desenvolvimento apresentado pelo PAPNT é alinhado à ideia de *policy-makers* dos Estados e do setor empresarial. Esse lado entende que o plano beneficiará todos os setores e que o modelo de desenvolvimento leva em consideração as necessidades das comunidades locais. Contudo, a alternativa de controlar a migração a partir da regulação e da influência dos mercados de trabalho pode ocorrer em reincidência, um *déjà vu* das medidas neoliberais que fracassaram no TNCA desde a década de 1990.

O exemplo mais recente desse pacote político se encontra no TLC (Tratado de Livre Comércio) entre Centroamericanos, Estados Unidos e República Dominicana (CAFTA-DR) em vigência desde 2004 e que vem recebendo duras críticas com relação a sua implementação (BEAZLEY, 2016; FINLEY-BROOK; HOYT, 2009; MORA JIMÉNEZ,

2004). Nesse sentido, a linha de ação «a» do PAPNT aparece como *mais do mesmo*, já que está fielmente alinhada com o artigo 1.2 do CAFTA-DR, em que os objetivos giram em torno da facilitação de trocas comerciais, aumento e busca por oportunidades de investimento (Cf. CAFTA-DR, 1994). A comprovação ou confissão de que o CAFTA-DR não vem dando certo aparece em um editorial do *New York Times* em que o então Vice Presente dos EUA, Joe Biden resvala em uma contradição, ao afirmar que:

[a]s economias de El Salvador, Guatemala e Honduras permanecem atoladas enquanto o resto das Américas avança. A educação inadequada, a corrupção institucional, a criminalidade desenfreada e a falta de investimento estão atrasando esses países. Seis milhões de jovens centroamericanos entrarão na força de trabalho na próxima década. Se não houver oportunidade para eles, todo o Hemisfério Ocidental sentirá as consequências (BIDEN, 2015).

Se, após dez anos da implantação do CAFTA-DR, os países do TNCA “permanecem” economicamente “atolados”, como adiantar um prognóstico positivo com relação ao PAPNT? Já que se trata de um plano com limite de cinco anos. A declaração de Biden pode ser uma confissão de fracasso ou uma constatação de que, ao invés de desenvolver o contexto político e econômico dessa região, os TLC não constituem uma correlação positiva entre livre mercado e redução da pobreza e de violência. Para uma série de economistas, a liberalização do comércio gera custos de adaptação que podem ser fortemente desestabilizadores, principalmente naqueles Países Menos Desenvolvidos (PMD), em que essas medidas afetam, principalmente, as camadas mais pobres da população (BARBIERI, 2002; DUGGAN, 2012).

Na esteira desses desequilíbrios, desde 2010, um milhão de pessoas deixaram suas casas em direção aos EUA ou México, além de um forte fluxo migratório de milhares de agricultores familiares (BEAZLEY, 2016), um possível resultado da ação estadunidense de manter seus próprios subsídios agrícolas, obrigando outros Estados a eliminarem suas barreiras comerciais (FINLEY-BROOK; HOYT, 2009). A título de exemplo, os EUA inverteram a balança comercial agrícola com Honduras, que passou de exportador líquido, em 2006, para importador líquido um ano depois de vigorar o CAFTA-DR, com déficit comercial de US\$ 549,3 milhões para Honduras (CENSUS BUREAU, 2013). Não por acaso, o PAPNT prevê a construção do “Corredor Agrícola entre Tegucigalpa- Juticalpa - Puerto Castilla” (PAPNT, 2014, p. 13).

À primeira vista, um corredor logístico é um intento modernizador. O problema é que isso não beneficia a indústria agrícola doméstica. Os projetos apresentados pela PAPNT

seguem o modelo do CAFTA-DR, que à época da sua implantação, alertara o Governo estadunidense de que 5,5 milhões de centroamericanos dependiam da agricultura para a subsistência (PUBLIC CITIZEN, 2004). Com o robusto subsídio estatal para os produtores rurais estadunidenses a competitividade de pequenos agricultores familiares do TNCA é ameaçada. Essa concorrência injusta gerou dois efeitos: as exportações agrícolas dos EUA para o TNCA aumentaram em 78% desde a assinatura do CAFTA-DR; houve um forte processo de deslocamento interno, do campo para a cidade, que ao não manter a oferta de emprego gerou uma massa de trabalhadores pobres, vítimas da subcontratação com baixa remuneração (PERLA JR, 2016).

O prognóstico de crescimento econômico do PAPNT está descolado de um dos principais desafios históricos do TNCA: a superação da desigualdade como forma de mitigação de conflitos violentos. Repasses financeiros nunca foram garantia de diminuição da violência nem de migração forçada, quiçá tiveram capacidade de gerar prosperidade econômica. Entre 1984 e 1989, os EUA comprometeram mais de US\$ 5 bilhões em programas de desenvolvimento em cinco países centroamericanos (incluindo o TNCA), com o objetivo de apoiar o retorno da estabilidade econômica e democrática à região (MOORE, 1989), algo proposto novamente pelo PAPNT, 25 anos depois.

Retomando alguns conceitos dos EPP, percebe-se que esse intento de estabilidade regional muito tem em comum com as engenharias sociais da Paz Liberal, baseadas em dois pressupostos centrais: eleições livres e democráticas e liberalização econômica (PUREZA; CRAVO, 2005). Com o fim da Guerra Fria, consolidou-se o processo do modelo democrático liberal, com o livre comércio e a integração econômica como pressupostos chaves para estabilidade de regiões em ou propensas a conflitos.

Não obstante, em PMD, como no caso do TNCA a estratégia de liberalização comercial precisa ser sequencial e cuidadosa, reconhecendo que os graus de abertura econômica devem cumprir diferentes estágios de desenvolvimento (FUJITA; KRUGMAN, 2004). Em outras palavras, a liberalização comercial não pode ser uma medida de substituição de estratégias de desenvolvimento sustentável e políticas distributivas baseadas em direitos (WILLETT, 2008). Contudo, o PAPNT atende prioritariamente os interesses do setor privado empresarial, preocupado em fortalecer o setor agroexportador, a indústria extrativista e montadoras com a criação de *Special Economic Zones* para atração de investidores estrangeiros (GUATEMALA, 2016, p. 28).

As políticas de *peacebuilding* vêm sofrendo diversas críticas por parte de uma literatura que argumenta ocorrer, nas últimas décadas, uma imposição colonial *top-down* de

uma paz liberal que tem beneficiado os negócios sobre a geração de empregos e bem-estar, ignorando as preferências públicas (RICHMOND, 2006). Ao mesmo tempo que a centralização dos processos de paz nas mãos da ONU vem reduzindo o papel de atores locais na determinação da agenda de reconstrução da paz.

O fracasso de muitas operações de paz surge da centralidade na tomada de decisões, normalmente em um diálogo entre Organizações Internacionais e elites governamentais locais. A abordagem *top-down* ignora a base da pirâmide, não compreende as dinâmicas comunitárias culturais e normalmente exclui as lideranças autóctones. O processo estatocêntrico impede a emergência de ações de *bottom-up* que possam resultar na consolidação de uma democracia mais participativa e inclusiva (PUREZA; CRAVO, 2005). Embora o PAPNT deixe claro que setores da sociedade civil e lideranças locais participem da formulação do plano não é o que expressa o *Instituto Centro Americano de Estudios Fiscales* (ICEFI):

Un Plan para una alianza para la prosperidad sólo puede ser legítimo y efectivo, si su formulación y ejecución es democrática, transparente e incluyente. La magnitud y dimensión de los desafíos de desarrollo, y a la postre para la prosperidad en el Triángulo Norte, afectan a la totalidad de sectores socioeconómicos de la región. Por esta razón, el planteamiento de planes y propuestas de solución no pueden formularse de manera excluyente, ni deben atender los intereses de un sector particular. Sin embargo, la preparación de los Lineamientos del Plan de la Alianza para la Prosperidad del Triángulo Norte lamentablemente no observó un proceso participativo, transparente y abierto. Por ejemplo, el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), secretario técnico de este plan, no realizó convocatoria pública alguna a las organizaciones de la sociedad civil para participar y contribuir a la elaboración de los lineamientos, y se limitó a consultarlos con los gobiernos y los empresarios de la región, en un proceso cerrado y opaco. Este proceso opaco y excluyente lamentablemente le resta legitimidad al Plan, en tanto evidencia un sesgo favorable a las agendas de los sectores privados empresariales, las cuales, de implementarse, resultarán perjudiciales para los ya frágiles y débiles sistemas fiscales en el Triángulo Norte (ICEFI, 2015, p. 7).

Diante das críticas, o maior avanço do PAPNT foi chamar lideranças e organizações da sociedade civil para informar-lhes sobre o que era e como seriam implantadas as linhas de ação do plano. Em nenhum momento foram chamadas para formulação do PAPNT em conjunto com outros setores, o que segundo Castaneda (2016) é um reflexo de como se formulam políticas públicas na região, em grande parte de costas para a população. Por fim, cabe dizer que o modelo de desenvolvimento proposto pelo PAPNT é restrito às conveniências da relação Estado-empresariado, num processo de tomada de decisão excludente.

Segurança. A segunda prioridade do PAPNT é o investimento em segurança. O foco nessa área recai sobre proteção de fronteiras, luta contra o narcotráfico e treinamento militar em uma contínua política de securitização desses problemas na região (cf. SEELKE, 2007). As preocupações dessa estratégia deslocam o indivíduo, como objeto de referência, do centro para a margem do processo, priorizando o que Booth (2004) chama de *trinity of statism* realista, baseada em três condicionantes de ação: (i) estatismo: Estado soberano é e deve ser fielmente o foco da tomada de decisões; (ii) estrategismo: manipulação do poder e da força militar; e (iii) estabilidade: promoção da ordem na sociedade anárquica. No tocante ao PAPNT, parecem ser esses conceitos que guiam a agenda, identificam seus objetos de referência e selecionam o que é ou não ameaça para as linhas de ação do plano.

Ao assumir determinados compromissos do PAPNT, contudo, os Estados podem gerar mais insegurança (WYN JONES, 1995), ao invés de estabilidade e prosperidade. A proteção da soberania do Estado – ideia materializada sobre uma porção territorial – não atesta garantia de promoção de ordem em uma sociedade anárquica, pois marginaliza o indivíduo e seus grupos como objeto de referência (BOOTH, 2007), que em uma condição secundária na hierarquia de uma estratégia de segurança, migram forçadamente, como no caso do TNCA, para fugir de constrangimentos físicos e humanos que lhes impeçam de fazer livres escolhas.

Em matéria de segurança, há uma diferença entre as linhas de ação do PAPNT e as doações internacionais. O aumento de 34% nos repasses financeiros para o ano de 2016 são fatiados pelo Congresso da seguinte forma, em termos de segurança: US\$ 222 milhões são para financiamento do controle internacional de narcóticos e aplicação da lei a partir da CARSI, US\$ 184 milhões para o fundo de suporte econômico ao CARSI, prosperidade regional, oportunidades econômicas e programas de governança, US\$ 26 milhões para financiamento militar estrangeiro e US\$ 4 milhões em educação militar internacional e treinamento de oficiais (WHITE HOUSE, 2016).

A maneira como o fatiamento dos recursos foi feito pelo Governo dos EUA, demonstra a ênfase em uma política de segurança estatocêntrica e militarista. Diante desses aspectos, como operacionalizar políticas de prevenção à violência familiar e comunitária com foco nos jovens e nas mulheres? Como melhorar a segurança na comunidade escolar? (PAPNT, 2014, p. 17). Por meio da CARSI, é possível fazer um trabalho preventivo com capacidade de atingir essas e outras metas prioritárias do PAPNT? A figura abaixo demonstra qual o foco dessa política de segurança.

Figura 2: Financiamento CARSI 2008-2016**Table 3. CARSI Funding: FY2008-FY2016**

In millions of U.S. dollars

Fiscal Year	ESF	INCLE	NADR	FMF	Total
FY2008	25.0	24.8	6.2	4.0	60.0
FY2009	18.0	70.0	0.0	17.0	105.0
FY2010	23.0	141.0	0.0	7.0	171.0
FY2011	30.0	71.5	0.0	0.0	101.5
FY2012	50.0	85.0	0.0	0.0	135.0
FY2013	50.6	95.6	0.0	0.0	146.2
FY2014	61.5	100.0	0.0	0.0	161.5
FY2015 (est.)	100.0	170.0	0.0	0.0	270.0
Total FY2008-FY2015	358.1	757.9	6.2	28.0	1,150.2
FY2016 (req.)	81.5	205.0	0.0	0.0	286.5
H.R. 2029	126.5	222.0	0.0	0.0	348.5

Source: U.S. Department of State; explanatory statement accompanying the Consolidated Appropriations Act, 2016 (H.R. 2029).

Notes: ESF = Economic Support Fund; INCLE = International Narcotics Control and Law Enforcement; NADR = Nonproliferation, Anti-Terrorism, De-mining and Related Programs; and FMF = Foreign Military Financing.

Fonte: Meyer; Seelke, (2015, p. 17).

São praticamente inexistentes as informações sobre os resultados de algumas estratégias da CARSI, principalmente aquelas ligadas ao controle de fronteiras e à eficiência das ações militares. Contudo, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*USAID*) em parceria com municípios locais, organizações da sociedade civil, líderes comunitários e jovens, apoia o fornecimento de oportunidades educativas, recreativas e profissionais para jovens em risco. Com implementação do programa de prevenção de crimes e violência mais de 100 bairros do TNCA relataram que a localidade sofreu 19% menos roubo, 51% menos extorsões e chantagens e 51% menos assassinatos (BERKSELIGSON, 2014, p.12).

Embora o papel da *USAID* mereça uma investigação mais criteriosa, sem espaço neste trabalho, é possível, e talvez mais eficaz, pensar em tratar os vários tipos de violência existentes no TNCA a partir da interação entre atores internacionais e locais como no caso acima. Em um contexto violento, como é o caso do TNCA, é preciso que as dinâmicas locais sejam problematizadas e que os esforços priorizem o conhecimento de agentes marginalizados em detrimento de abordagens de *problem solving* (RICHMOND, 2011). Um método mais inclusivo de diálogo e resolução de conflitos (LEDERACH, 1997) é uma real opção para capturar os significados de um cotidiano de violência, ao invés de uma ênfase militarista que seja mais reativa que preventiva.

Violência. O fluxo de pessoas do TNCA, em direção aos países do Norte é um fenômeno multicausal, de motivações mistas (VAN HEAR, 2012), e com fluxos mistos. Em outras palavras, “movimentos populacionais "complexos" de migrantes irregulares, refugiados e solicitantes de refúgio, apátridas, menores não acompanhados e outras pessoas vulneráveis que viajam irregularmente por vias semelhantes, utilizando meios de transporte semelhantes” (STEPPUTANT; SORENSEN, 2014, p. 89). Dentre essas causas complexas, a violência tem sido fator preponderante para a emigração no TNCA, principalmente a partir das práticas de recrutamento forçado por parte das *maras* (IRC, 2014). Tal situação fez com que, entre 2009 e 2013, os pedidos de refúgio por motivo de violência para os EUA aumentassem, sendo que 70% dos requerentes era de origem do TNCA (RENEWICK, 2016).

Este cenário é propício para cartéis e *coyotes*. Autoridades da Guatemala relataram mais de 5.000 vítimas de tráfico humano ou exploração sexual em um período de cinco anos (UNICEF, 2016). Com o estopim da crise migratória, em 2014, o México foi pressionado pelos EUA a intensificar o patrulhamento na fronteira Sul, motivo pelo qual capturou 70% mais centroamericanos que no ano anterior (RENEWICK, 2016). O Estado como gerador de insegurança também aparece nessas situações. Em outubro de 2016, mais de 20 agentes da polícia municipal foram presos em Chiapas por suspeita de sequestro e extorsão a migrantes (CLAVEL, 2016).

Estas ocorrências fizeram o ACNUR debater a situação da violência no TNCA. Em julho de 2016, ONU e OEA levaram a cabo discussões sobre novas formas de migração forçada como, recrutamento forçado de crianças, abuso sexual, violência de gênero, extorsão, execução extrajudicial, desaparecimento e intimidação por parte de *pandillas* e carteis de droga (GRANDI, 2016). Entrevistas com mulheres refugiadas dessa região apontam que 78% das salvadorenhas, 80% hondurenhas e 57% das guatemaltecas buscaram algum mecanismo de proteção dentro de seus países antes de migrarem (ALMAGRO, 2016).

A violência do TNCA transita por todos os vértices do triângulo de violência de Galtung (1990), a saber:

- (i) violência direta: quando um sujeito executor atenta de modo físico, verbal ou psicológico contra outros indivíduos ou grupos da sociedade com intenção de causar danos ou destruição (GALTUNG, 1990);
- (ii) violência estrutural: quando uma injustiça manifesta ou aquilo que restringe uma melhor qualidade de vida, igualdade econômico-social, respeito pelas diferenças, gera dano não intencional e apresenta resultados em nível coletivo, por exemplo, “quando um marido espanca a sua esposa, há um caso clássico de violência pessoal,

mas quando um milhão de maridos mantém um milhão de esposas na ignorância, há violência estrutural” (GALTUNG, 1969, p. 171-3); e

- (iii) violência cultural: expressa por meio da materialização de símbolos (religiosos, ideológicos, linguísticos, artísticos e científicos), os quais podem ser utilizados para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural (GALTUNG, 2003).

Para transcender ou transformar um conflito, como ocorre no TNCA, não se pode pensar na paz como ausência de guerra, pois a guerra cobre apenas um vértice do triângulo, que é tão somente uma forma de violência direta, dentre tantas outras. Por isso, distante das teorias de *problem solving*, o conceito de paz positiva é fundamental, pois trata da ausência ou da redução da violência estrutural de forma não violenta, a buscar elevados padrões de justiça para uma sociedade, satisfazendo o que lhes é direito humano básico - sobrevivência, bem-estar, liberdade e identidade (GALTUNG, 1969; 2006).

No PAPNT, contudo, as preocupações com a paz são mínimas. No documento original de 2014 assinado pelos países do TNCA, a palavra “paz” aparece relacionada à estabilidade regional para promoção do desenvolvimento privado (PAPNT, 2014, p. II). Com a ênfase em proteção de fronteiras e treinamento militar é provável que as estratégias do Plano não diminuam as múltiplas facetas da violência. As diversas formas de violência manifestas merecem ser atacadas pelos flancos, evitando medidas errôneas, como a custosa securitização dos problemas sócio-políticos.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi analisar o Plano da Aliança para a Prosperidade do Triângulo Norte (PAPNT), refletindo sobre algumas categorias ou linhas de ação propostas nesse documento. Diante disso, não se buscou oferecer uma resposta definitiva sobre o tema, mas sim expressar um ponto de vista a partir de ideias plurais sobre uma dada questão (cooperação), em determinado tempo (2014-2019) e sobre um espaço definido (TNCA). As perspectivas de suporte (desenvolvimento, segurança e violência) serviram como guia para que, em certos momentos, fossem ecoadas perguntas desconfortáveis. Contudo, um aprofundamento categórico dessas perspectivas, com raízes mais profundas na sociologia e na antropologia, chegaria a um objetivo além do pretendido e suscitado. Fica, esta tarefa, para um próximo compromisso.

Durante todo o texto buscou-se discutir de maneira crítica sobre os propósitos do PAPNT conjugados com a realidade do contexto regional do TNCA. Nesse sentido, chega-se à conclusão de que o plano reconhece a maior parte dos desafios regionais, mas nem

sempre leva em consideração desafios sócio-políticos estruturais e históricos. Diante dessa observação, até que ponto o PAPNT pode ser visto como uma solução eficiente para conter a migração do TNCA para os EUA e gerar prosperidade nessa região?

A iniciar pela premissa do desenvolvimento, a resposta é negativa, pois o plano deixa mais dúvidas do que fornece garantias sobre a prosperidade regional. É evidente, por exemplo, que a formulação dessa agenda prioriza os interesses do setor privado empresarial, com ênfase no mercado agroexportador, na criação de zonas de livre troca de produtos, além de beneficiar a indústria extrativista. Essas estratégias estão alicerçadas na concessão de benefícios fiscais que, ao mesmo tempo que enfraquecem a capacidade institucional do Estado em suprir as demandas político-sociais da região, livra de imposto empresas que utilizam – nas zonas francas – recursos que muitas vezes são disponíveis para os cidadãos da região, como água e eletricidade, por exemplo.

A segunda premissa (segurança), apresenta recorrência histórica quanto ao objeto de referência. O foco nessa área recai sobre proteção de fronteiras, luta contra o narcotráfico e treinamento militar de oficiais em uma contínua política de securitização da região. As preocupações dessa estratégia deslocam o indivíduo, como objeto de referência, do centro para a margem do processo.

Por fim, a violência no TNCA não é passível de resolução, mas sim de redução, devido aos graves conflitos apresentados. As propostas do plano atendem a uma lógica de urgência (conter a migração). Transcender esse conflito é um processo a longo prazo que demandaria a inversão de prioridades da agenda, ou seja, a troca de uma estratégia estatocêntrica (geradora de violência) por uma segurança cidadã-cêntrica, pautada pela geração de paz positiva, com ênfase na garantia de necessidades humanas básicas - sobrevivência, bem-estar, liberdade e identidade.

Referências

AGENCIA EFE. (2017). **Unicef: Latinoamérica es la región más violenta del mundo para los niños**, publicado em: efe.com [https://www.efe.com/efe/america/entrevistas/unicef-latinoamerica-es-la-region-mas-violenta-del-mundo-para-los-ninos/50000489-3232987]. Disponibilidade: 26/07/17

ALMAGRO, Luis. (2016). **Llamado a la Acción: Necesidades de protección en el Triángulo Norte de América Central**, publicado em: acnur.org [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/BDL/2016/106892016]. Disponibilidade: 21/01/17

BARBIERI, Katherine (2002) **The liberal illusion: does trade promote Peace?** University of Michigan Press.

- BEAZLEY, Jennalee. (2016). **With the TPP Nearing Ratification, U.S. Government Remains Deaf to the Failures of CAFTA-DR**, publicado em: coha.org [http://www.coha.org/with-the-tpp-nearing-ratification-u-s-government-remains-deaf-to-the-failures-of-cafta-dr-2/]. Disponibilidade: 18/12/16.
- BERK-SELIGSON, S. et al. (2014). **Impact evaluation of USAID's community-based crime and violence prevention approach in Central America: El Salvador Country Report**, publicado em: vanderbilt.edu [http://www.vanderbilt.edu/lapop/carsi/Regional_Report_v12d_final_W_120814.pdf]. Disponibilidade: 14/12/16
- BETTS, Alexander. (2009) **Protection by persuasion: international cooperation in the refugee regime**. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- BID. (2011). **SICA presents Central American citizen security strategy to the international community**, publicado em: iadb.org [http://www.iadb.org/en/news/news-releases/2011-04-14/citizen-security-in-central-america,9345.html]. Disponibilidade: 13/11/16
- BIDEN, Joe. (2015). **A Plan for Central America**. *The New York Times*, publicado em: nytimes.com [http://www.nytimes.com/2015/01/30/opinion/joe-biden-a-plan-for-centralamerica.html?_r=1]. Disponibilidade: 20/11/16
- BOOTH, Ken. (2012). Critical Security Studies. In: Christie, Daniel J. Peace psychology: Contributions from North America. **The Encyclopedia of Peace Psychology**, p. 287-91.
- _____. (2007). **Theory of World Security**. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2004). Realities of Security: Editor's Introduction. **International Relations**, 18 (1): 5-8.
- _____. (1991). Security and emancipation. **Review of International studies**, 17 (4): 313-26.
- CAFTA-DR. (1994). **Tratado de Libre Comercio entre la República Dominicana – Centroamérica y los Estados Unidos**, publicado em: competitividad.org [http://www.competitividad.org.do/wp-content/uploads/2009/01/dr-cafta.pdf]. Disponibilidade: 17/01/16.
- CASTANEDA, Ricardo. (2016). **La solución no viene del Norte**, publicado em: icefi.org [http://icefi.org/blog/la-solucion-no-viene-del-norte]. Disponibilidade: 17/01/17.
- CENSUS BUREAU. (2013). **Foreign Trade: U.S. Trade in Goods with Honduras**, publicado em: census.gov [https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c2150.html]. Disponibilidade: 21/11/16.
- CLAVEL, Tristan. (2016). **21 polías de México arrestados por secuestro y extorsión a migrantes**, publicado em: insightcrime.org [http://es.insightcrime.org/noticias-del-dia/21-policias-mexico-arrestados-secuestro-extorsion-migrantes]. Disponibilidade: 05/11/16.
- DUGGAN, Lisa. (2012). **The twilight of equality?: Neoliberalism, cultural politics, and the attack on democracy**. Beacon Press.
- FINLEY-BROOK, Mary; HOYT, Katherine. (2009). CAFTA Opposition Divergent Networks, Uneasy Solidarities. **Latin American Perspectives**, 36 (6): 27-45.
- FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul. (2004). The new economic geography: Past, present and the future. **Papers in regional science**, 83 (1): 139-64.

GALTUNG, Johan. (2006). **Transcender e transformar – uma introdução ao trabalho de conflitos**. São Paulo: Palas Athena.

_____. (2003) Violencia cultural. **Gernika Gogoratuz**.

_____. Cultural Violence. (1990). **Journal of Peace Research**, 27 (3): 291– 305.

_____. (1969). Violence, peace, and peace research. **Journal of peace research**, 6 (3): 167-91.

GRANDI, Filippo. (2016). **Llamado a la Acción: Necesidades de protección en el Triángulo Norte de América Central**, publicado em: acnur.org [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/BDL/2016/10687]. Disponibilidade: 21/01/17

GUATEMALA. (2016). **El Plan Alianza para la Prosperidad de los países del Triángulo Norte: Impactos para la gobernabilidad, el desarrollo y las migraciones**, publicado em: uvg.edu [http://uvg.edu.gt/masters/educacion-ccss/desarrollo/doc/Resena-ForoPAP-2016.pdf]. Disponibilidade: 17/01/17.

HOMELAND SECURITY. (2016). **Statement by Secretary Johnson on Southwest Border Security**, publicado em: dhs.gov [https://www.dhs.gov/news/2016/10/17/statement-secretary-johnson-southwest-border-security] Disponibilidade: 17/11/16.

ICEFI (Instituto Centroamericano de Estudios Fiscales). (2016). **Encuentro centroamericano de líderes emergentes**, publicado em: icefi.org [http://icefi.org/noticias/encuentro-centroamericano-de-lideres-emergentes]. Disponibilidade: 17/02/17.

_____. (2015). **Posición ante el Plan de la Alianza para la prosperidad del Triángulo Norte**, publicado em: icefi.org [http://icefi.org/sites/default/files/posicion_ante_el_plan_de_la_alianza_para_la_prosperidad_del_trianguulo_norte_ca_03-2015.pdf]. Disponibilidade: 17/02/17

INSIGHT CRIME (2017). **Balance de InSight Crime sobre homicidios en Latinoamérica en 2016**, publicado em: insightcrime.org [http://es.insightcrime.org/analisis/balance-/insight-crime-sobre-homicidios-2016]. Disponibilidade: 26/07/17

KANDEL, William. (2017). **Unaccompanied Alien Children: An Overview**. CRS Report R43599. Washington, DC: Congressional Research Service.

KANDEL, W.A.; BRUNO, A; MEYER, P.J; SEELKE, C.R; TAFT-MORALES, M; and WASEM, R.E. (2014). **Unaccompanied Alien Children: Potential Factors Contributing to Recent Immigration**. CRS Report, R43628. Washington, DC: Congressional Research Service.

LEDERACH, John P. (1997). **Building peace: Sustainable reconciliation in divided societies**. Washington DC.

MEYER, Peter J. et al. (2014). **Unaccompanied children from Central America: Foreign policy considerations**. CRS Report 43702. Washington, DC: Congressional Research Service.

MEYER, Peter J.; SEELKE, Clare R. (2015). **Central America Regional Security Initiative: Background and Policy Issues for Congress**. CRS Report 41731. Washington, DC: Congressional Research Service.

- MOORE, Jonathan. (1989). **Developing Solutions for Central American Refugee Problems**. US Department of State, Bureau of Public Affairs, Office of Public Communication, Editorial Division.
- MORA JIMÉNEZ, Henry. (2004). **101 razones para oponerse al Tratado de Libre Comercio entre Centroamérica y Estados Unidos**. Heredia: EUNA.
- MUGGAH, R.; SZABÓ, I. (2014). Changes in the Neighborhood: Reviewing Citizen Security Cooperation in Latin America. **Igarapé Institute**. Brazil: Rio de Janeiro.
- PLAN OF THE ALLIANCE FOR PROSPERITY IN THE NORTHERN TRIANGLE: A ROAD MAP – PAPNT. (2014), publicado em: idbdocs.iadb.org [<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=39224238>]. Disponibilidade: 14/12/16.
- PERLA JR., Héctor. (2016). **The Impact of CAFTA: Drugs, Gangs, and Immigration**, publicado em: [telesurtv.net](http://www.telesurtv.net) [<http://www.telesurtv.net/english/opinion/The-Impact-of-CAFTA-Drugs-Gangs-and-Immigration-20160301-0008.html>]. Disponibilidade: 20/02/17.
- PUBLIC CITIZEN. (2004). **CAFTA by the Numbers: What Everyone Needs to Know**, publicado em: [citizen.org](http://www.citizen.org) [<https://www.citizen.org/article/cafta-fact-sheets>]. Disponibilidade: 01/01/2017.
- PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. (2010). Os Estudos para a Paz como desafio crítico à tradição em Relações Internacionais. **Estudos Geral**: 1-31.
- _____. (2005). Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 71: 5-19.
- REMPELL, Scott. (2015). Credible Fears, Unaccompanied Minors, and the Causes of the Southwestern Border Surge. **Chapman Law Review**, 18 (2): 337.
- RICHMOND, Oliver. (2011). **A post-liberal peace**. Routledge.
- _____. (2006). The problem of peace: understanding the ‘liberal peace’. **Conflict, Security & Development**, 6, (3): 291-314.
- RENEWICK, Danielle. (2016). Central America’s Violent Northern Triangle. **Council on Foreign Relations**, publicado em: [cfr.org](http://www.cfr.org) [<http://www.cfr.org/transnational-crime/central-americas-violent-northern-triangle/p37286>]. Disponibilidade: 06/01/2017.
- ROSENBLUM, Marc R.; BRICK, Kate. (2011). US Immigration Policy and Mexican/Central American Migration Flows. **Washington, DC e Migration Policy Institute**, 1-27.
- SECRETARIA GENERAL DEL SISTEMA DE INTEGRACIÓN CENTROAMERICANA. (2011). **Estrategia de Seguridad de Centroamérica**. Ciudad Guatemala: Guatemala, SG-SICA.
- SEELKE, Clare R. (2007). **Anti-gang efforts in Central America: moving beyond mano dura?** Publicado em: centralamericasecurity.thedialogue.org [<http://centralamericasecurity.thedialogue.org/articles/anti-gang-efforts-in-central-america-moving-beyond-mano-dura>]. Disponibilidade 12/01/2017
- STEPPUTANT, Finn; SORENSEN, Ninna N. (2014). Sociology and Forced Migration. In: FIDDIAN-QASMIYEH, Elena et al. (Ed.). **The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**. 86-98.

UNICEF. (2016). **Human Trafficking for Sexual Exploitation purpose in Guatemala**. Publicado em: refworld.org [http://www.refworld.org/docid/584aaeac4.html]. Disponibilidade: 17/02/2017

U. S CUSTOMS AND BORDER PROTECTION. (2016). **United States Border Patrol Southwest Family Unit Subject and Unaccompanied Alien Children Apprehensions Fiscal Year 2016**, publicado em: cbp.gov [https://www.cbp.gov/newsroom/stats/southwest-border-unaccompanied-children/fy-2016]. Disponibilidade: 17/02/17.

VAN HEAR, Nicholas. (2012). Forcing the issue: Migration crises and the uneasy dialogue between refugee research and policy. **Journal of Refugee Studies**, 25 (1): p. 2-24.

WHITE HOUSE. (2016). **FACT SHEET: The United States and Central America: Honoring Our Commitments**, publicado em: whitehouse.gov [https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2016/01/15/fact-sheet-united-states-and-central-america-honoring-our-commitments]. Disponibilidade: 15/11/16.

_____. (2014). **The President Discusses the Humanitarian Situation at the Southwest Border**, publicado em: obamawhitehouse.archives.gov [https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2014/07/10/president-discusses-humanitarian-situation-southwest-border]. Disponibilidade: 17/01/17

WILLETT, Susan. (2008). Trading with Security: Trade Liberalisation and Conflict. In: PUGH, M, et al. (2008). **Whose Peace? Critical Perspectives on the Political Economy of Peacebuilding**. Palgrave Macmillan UK, p. 67-84.

WOLA. (2015). **What's in the billion-dollar aid request for Central America?** publicado em: wola.org [https://www.wola.org/analysis/whats-in-the-billion-dollar-aid-request-for-central-america-2/]. Disponibilidade: 15/01/17.

ZECHMEISTER, Elizabeth J. (2014). **The Political Culture of Democracy in the Americas, 2014: Democratic Governance across 10 Years of the Americas Barometer**. USAID.